

**CONFIGURAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA IDEIA DE MODERNIDADE  
EM AZEVEDO AMARAL**

Rafael Reigada Botton<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente artigo baseia-se em uma análise das configurações da ideia de modernidade nas obras do intelectual brasileiro Azevedo Amaral, e em seus respectivos desdobramentos nas concepções do autor acerca dos modelos de Estado autoritário e de desenvolvimento econômico. Analisar-se-á também as construções semânticas estabelecidas entre modernidade e os conceitos de corporativismo e de planificação econômica.

**Palavras-chave:** Azevedo Amaral; Modernidade; Autoritarismo.

**Abstract**

This article focuses on analyzing the configurations of the idea of modernity in the studies of the Brazilian intellectual Azevedo Amaral, and the current results of those conceptions over the models of authoritarian State and economic development. It will be also analyzed the semantic constructions established between modernity and the concepts of corporatism and economic planning.

**Keywords:** Azevedo Amaral; Modernity; Authoritarianism.

O presente trabalho é oriundo da pesquisa sobre pensadores autoritários brasileiros do século XX, desenvolvida na disciplina de História Política e dos Intelectuais ministrada pelos professores Dr. Luciano Aronne de Abreu e Dr. Cássio Albernaz no PPG em História da PUCRS (2014/1).

A importância dessa pesquisa reside na influência que os intelectuais identificados com a matriz ideológica autoritária exerceram na história contemporânea do Brasil, principalmente nos períodos do Estado Novo (1938-1945) e da ditadura civil-militar (1964-1985), visto que não apenas forneceram subsídios teóricos para a formulação e legitimação de Estados autoritários (como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), mas também em alguns casos (como Francisco Campos e Golbery de Couto e Silva) atuaram como ideólogos e estiveram diretamente ligados aos respectivos regimes de força.

---

<sup>1</sup>Mestrando em História pela PUCRS; Bolsista CNPq. E-mail: rgbotton@gmail.com

Partindo do pressuposto de que a análise de conceitos empregados em um determinado período permite uma aproximação maior do contexto histórico a que estão relacionados - visto que seus respectivos campos semânticos refletem as estruturas políticas e sociais a que estão associados (KOSELLECK, 2006) -, o estudo de obras como as de Oliveira Viana e Azevedo Amaral permitem uma compreensão mais ampla das principais discussões sobre os paradigmas políticos e também dos modelos de desenvolvimento social e econômico adequados à realidade brasileira ocorridos nas décadas de 1920 e 1930.

Compreendendo o conceito de *intelectual* enquanto “produtor de bens simbólicos” (concepção do sociólogo francês Pierre Bourdieu), é importante destacar que, embora as origens da matriz considerada conservadora já estivessem presentes desde meados do século XIX (como exemplo brasileiro o Visconde do Uruguai), o desenvolvimento de um campo intelectual autônomo de pensadores identificados com o autoritarismo surgiu apenas na primeira metade do século XX (visto que mesmo a definição de intelectuais enquanto categoria divulgou-se na França apenas após os acontecimentos do conhecido “caso Dreyfus”).

Nesta perspectiva, Azevedo Amaral pode ser considerado enquanto um intelectual que estava dialogando tanto com os pensadores identificados com a matriz *conservadora* e *autoritária*, mas também com as diversas correntes ideológicas que permeavam o contexto político e social que estavam em voga na década de 30. Exemplo disto é a sua preocupação em diferenciar o Estado Novo (de caráter autoritário) em relação ao fascismo (identificado enquanto um modelo de Estado totalitário), além de desenvolver uma síntese sobre os modelos de governo e de desenvolvimento econômico que seriam adequados à realidade brasileira – destacando a organização econômico-social em moldes corporativistas e os projetos de planificação econômica (em contraposição ao *laissez-faire* do sistema liberal, e cujos expoentes no período era a União Soviética e os Estados Unidos do *New Deal*).

A seguir, serão abordadas as relações entre a obra de Azevedo Amaral e a matriz ideológica autoritária, partindo para uma análise dos atributos semânticos que configuram suas noções acerca da ideia de modernidade, para por fim expor seus

desdobramentos em suas concepções de autoritarismo, corporativismo e planificação econômica.

### **Azevedo Amaral: o autor em seu (con)texto**

Para que seja possível uma compreensão mais ampla acerca do pensamento autoritário de Azevedo Amaral e de suas concepções sobre a modernização econômica que este considerava fundamental para o Brasil, é necessário analisarmos tanto o contexto político e social em que o autor estava situado ao redigir suas principais obras (Estado Novo), assim como os diálogos estabelecidos com as diversas correntes ideológicas vigentes no período.

Pouco se sabe sobre a vida pessoal de Azevedo Amaral, em virtude talvez do esquecimento resultante do limbo em que suas obras foram inseridas após o fim do Estado Novo, visto que não só foi considerado posteriormente por diversos críticos enquanto um apologista do regime, mas também pelas críticas realizadas acerca das teorias eugênicas e racistas após o término da II Guerra Mundial.

Nascido no Rio de Janeiro, Antônio José Azevedo do Amaral (1881 – 1942) graduou-se em Medicina em 1903, embora tenha exercido por um breve período esta profissão (visto que sua preferência era o jornalismo político). Já em 1906 partiu para a Inglaterra como correspondente dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias*, de onde só retornou em 1916 (assumindo posteriormente a posição de redator-chefe do jornal *O País*). Esta experiência no exterior foi de suma importância para o pensamento político de Azevedo Amaral, visto que na Inglaterra este percebeu que o liberalismo e o sufrágio universal (com voto direto) seriam instituições adequadas aos países anglo-saxônicos, e que cuja transposição para o Brasil criou a versão de um modelo de Estado completamente desconectado com a realidade nacional.<sup>2</sup>

Azevedo Amaral também participou do I Congresso de Eugenia (ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre 30 de junho e 07 de julho de 1929), onde expôs seu trabalho *Problema eugênico da Imigração*, discutindo acerca das teorias monogenistas e poligenistas e sobre a necessidade de se priorizar imigrantes oriundos da Europa,

---

<sup>2</sup>Mais informações sobre a vida de Azevedo Amaral podem ser consultadas no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

defendendo que “civilizar é domesticar”<sup>3</sup>. Também foi muito influenciado pela sociologia de Spencer e pelas teorias evolucionistas, onde em suas obras se tornaram a base de algumas de suas propostas (como os projetos de regulamentação imigratória que deveriam ser implantados no Brasil por meio de cotas para pessoas de determinadas nacionalidades). Azevedo Amaral faleceu em 1942, tendo como sua principal obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938).

A formação do campo intelectual<sup>4</sup> de caráter politicamente autoritário teve suas bases firmadas nos diálogos estabelecidos entre autores considerados de matriz *conservadora* (como Alberto Torres e Oliveira Viana), destacando-se também no contexto dos anos 30 o jurista Francisco Campos (considerado o principal ideólogo do regime e autor da Constituição brasileira de 1937) e Azevedo Amaral. Entre os pontos de vista compartilhados por estes pensadores, é possível destacar as críticas ao sistema político liberal vigente durante a Primeira República (sendo este composto por instituições que estariam desconexas com a realidade brasileira) e a preocupação em atribuir ao Estado a responsabilidade em organizar e realizar a manutenção da ordem e da unidade nacional.

Nos textos de Azevedo Amaral, é possível verificar a existência de três ideias basilares que estruturam praticamente todas suas obras: *autoritarismo* (indicado enquanto modelo político-institucional ideal de Estado Moderno); *antitotalitarismo* (criticando principalmente o bolchevismo e o fascismo) e *antiliberalismo* – associando inclusive ao Estado liberal a responsabilidade pela “degeneração” do Ocidente (MEDEIROS, 1978). Uma de suas principais preocupações foi em diferenciar o modelo de Estado autoritário em relação ao totalitário, buscando assim separar o Estado Novo dos governos fascistas (em especial a Itália de Mussolini), então fortemente criticados com o advento da II Guerra Mundial.

Outro fator que muito influenciou na constituição do ideário político de Azevedo Amaral foi a tradução que o mesmo realizou da obra *O século do corporativismo* (do romeno Mikhail Manoilescu) em 1938 a pedidos da FIESP, servindo como referência

---

<sup>3</sup>A apresentação de Azevedo Amaral e suas discussões com Roquette Pinto sobre este ponto estão contidas nas *Actas e trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1929.*

<sup>4</sup>Compreendendo “campo intelectual” enquanto um espaço social relativamente autônomo de produção de bens simbólicos (BOURDIEU, 1982).

em seus estudos acerca do conceito de *corporativismo* e de outros pontos então debatidos no período (como no caso da regulamentação do Estado das *trusts*, vistas enquanto formas contemporâneas de associações corporativas), e que juntamente com a noção de *economia planificada*, formam as bases de seu projeto de modernização econômica, administrativa e industrial para o Brasil.

### **Configurações da ideia de modernidade e do conceito de autoritarismo**

Embora Azevedo Amaral não tenha conceituado formalmente suas concepções acerca da ideia de *modernidade*, seu emprego na formulação de conceitos estruturantes – e também estruturados – sob uma perspectiva desenvolvimentista permite, por meio de uma análise que contemple a semântica dos termos dentro dos contextos discursivos em que são empregados, uma aproximação dos atributos semânticos que configuram a respectiva ideia.

Azevedo Amaral considerava o retorno ao pensamento humanista ocorrido em fins do século XIX enquanto a expressão intelectual da “afirmação progressivamente mais impressionante do domínio do homem sobre o meio ambiente, posto ao seu serviço em escala cada vez maior pelas aplicações práticas da técnica científica.” (1934, p. 33). Desta forma, o que considerava o “fisicismo” da mentalidade iluminista (relacionando-o ao pensamento naturalista de Francis Bacon) deu lugar ao pensamento do neo-humanismo contemporâneo (em consonância com a estruturação orgânica da sociedade), base das teorias corporativistas de organização social.

O autor também apontava os fatores de ordem econômica enquanto determinantes de todos os fenômenos sociais, associando importância preponderante ao fator técnico, visto que “o progresso econômico é, em última análise, a expressão prática do desenvolvimento da técnica das diferentes formas de produção.” (1934, p. 26). Assim, as inovações tecnológicas desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX - como o emprego da eletricidade (iluminação pública e para produção industrial), desenvolvimento de novos meios de comunicação (telégrafo e telefone) e de transportes - moldaram gradativamente a própria dinâmica da economia, vindo a refletir na sociedade e conseqüentemente gerando novas responsabilidades a cargo do Estado.

Nesta perspectiva, a ideia de modernização está ligada às noções de desenvolvimento técnico e científico das forças produtivas, que alteram a dinâmica das estruturas econômicas e conseqüentemente geram novas demandas sociais que devem ser administradas pelo Estado. Assim, a própria máquina estatal moderniza-se na medida em que aprimora a eficiência burocrático-administrativa por meio da criação de planejamentos de desenvolvimento edificados por especialistas (como no caso da criação de Conselhos Técnicos).

Fazendo um estudo sobre os problemas que então julgava fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país, Azevedo Amaral buscava realizar uma análise de orientação objetivista da realidade brasileira, com vistas à elaboração de propostas que possibilitassem um modelo efetivo de modernização nacional. Nesta perspectiva, o autor identificava a existência de duas vertentes contrastantes na sociedade brasileira, sendo uma delas ligada à industrialização e a outra ao agrarismo, e associando “a primeira como expressão da modernização e do nacionalismo e a segunda como manifestação de tradicionalismo, de liberalismo e de dependência externa” (MEDEIROS, 1978, p. 70).

Neste ponto, é importante salientar o diálogo de Azevedo Amaral com o pensamento de Oliveira Viana, visto que ambos identificavam como fatores preponderantes da inadequação das instituições liberais da Primeira República à realidade nacional a importação de modelos “exóticos” surgidos em países com contextos econômicos e sociais muito diferentes (como o liberalismo inglês), pactuando com a “noção da dicotomia *país real x país legal*, bem como da defesa do centralismo político e de um Estado autoritário” (ALBERNAZ, 2014, p. 76). Entretanto, enquanto Azevedo Amaral considerava que a industrialização seria a única forma do Brasil superar seu passado agrarista (associado às causas de seu subdesenvolvimento), acaba situando-se “no polo oposto a Gilberto Freyre e Oliveira Viana, defensores da manutenção dos valores ligados a essa herança e vistos como os únicos capazes de preservar a identidade nacional” (SOUZA, 2005, p. 74).

As críticas realizadas por Azevedo Amaral acerca das democracias liberais partem de seus pressupostos mais elementares e que remontam às teorias iluministas

acerca da soberania nacional, ao afirmar que após a Primeira Guerra Mundial desconstruíram-se as ilusões da

[...] fantasmagoria democrático-liberal e começamos a descobrir de novo aquilo que os nossos antepassados do período proto-histórico reconheceram, logo que se formaram as primeiras coletividades humanas e de que ninguém duvidou durante dezenas de milhares de anos, até que a lucidez da inteligência francesa foi perturbada pelos encantadores entorpecentes fermentados no cérebro peculiar do grande Jean Jacques. Esse postulado, que foi a primeira noção sociológica intuitivamente adquirida pelo homem, é o conceito de que o poder emana de quem governa e não pode portanto, sem flagrante absurdo, ter a sua origem atribuída à vontade dos que são governados. (1981, p. 44).

Assim, o autoritarismo é considerado enquanto constituinte da essência do exercício de governo, aparecendo como condição necessária para que o Estado desempenhe as funções que são de sua responsabilidade. Azevedo Amaral formaliza o conceito de Estado autoritário baseando-o na “demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo (pela pressão da maquinaria estatal) e o que forma a esfera de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano” (1981, p. 96). Em contrapartida, o Estado totalitário (identificado como os regimes fascistas e comunistas) é caracterizado de forma oposta e de modo negativo, associando-o a um “poder estatal de natureza compressiva, absorvente, aniquiladora da personalidade humana, que imprime às instituições fascistas um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos os que pregam a dignidade do espírito” (*Idem*). Desta forma, o Estado autoritário é caracterizado enquanto um modelo intermediário entre o Estado liberal (compartilhando do conceito jurídico de “indivíduo político”) e o Estado totalitário (como a ideia de uma planificação econômica, mas de forma onde o Estado seja um regulador entre a iniciativa privada e os interesses nacionais).

As preocupações de Amaral em diferenciar conceitualmente o modelo de Estado autoritário em relação ao totalitário justificam-se no fato de que sua principal obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* ter sido publicada no ano de 1938, período em que o fascismo italiano estava sofrendo fortes críticas devido a estar diretamente vinculado aos acontecimentos que eclodiram na II Guerra Mundial. Por este motivo, esta é considerada enquanto uma “saudação” ao advento do Estado Novo e à Constituição elaborada por Francisco Campos (considerada como a primeira

Constituição brasileira de fato, visto ser o primeiro estatuto político elaborado a partir de uma análise objetiva da realidade nacional). E como o fator privilegiado na análise do autor é a modernização do Estado em uma perspectiva econômica, Amaral expõe a necessidade de um “determinismo do nosso desenvolvimento econômico, como forma de harmonizar os elementos de nossa sociedade com a organização da economia nacional” (ABREU, 2011, p. 4).

Em suma, é possível afirmar que o Estado autoritário está diretamente ligado aos modelos de industrialização e de desenvolvimento econômico, visto ser a forma mais adequada de modernizar a máquina estatal no sentido de um Estado técnico e em harmonia com a estrutura orgânica da sociedade.

### **Modernidade, corporativismo e planificação econômica**

A concepção histórica de corporativismo relaciona-se com uma organização orgânico-estática, sendo um mecanismo social e ideológico oposto aos regimes liberais-democráticos. Assim, o corporativismo político privilegia as unidades consideradas fundamentais da sociedade (como exemplo as famílias) em detrimento a noção de participação ativa do indivíduo político nos assuntos da coletividade.

Azevedo Amaral identifica o Estado corporativo enquanto a “representação da sociedade por meio dos órgãos que constituem os núcleos dos grupos econômicos e profissionais” (1981, p. 101). Deste modo, o autor caracteriza os sindicatos enquanto autênticas forças representativas da nação, visto que a representação autêntica deve estar necessariamente ligada à vontade dos elementos que constituem os mecanismos dirigentes da vida social.

A noção de corporativismo possui suas origens na organização da economia medieval, sendo associada às corporações de ofício (guildas). Este modelo também foi a base do desenvolvimento do moderno sindicalismo inglês no século XIX, tornando-se “não somente poderosos instrumentos de defesa de classe, como pouco a pouco haviam desenvolvidos atividades políticas, assegurando a eleição parlamentar de representantes sufragados pelo voto dos seus membros.” (AMARAL, 1981, p. 99).

Conforme exposto anteriormente, a tradução da obra “O século do corporativismo” de Manoilescu foi de suma importância enquanto fundamentação teórica das propostas corporativistas de Amaral, juntamente com a obra de George Sorel (filósofo francês que propôs novas interpretações acerca das correntes coletivistas modernas). Azevedo Amaral busca romper a identificação do corporativismo apenas o regime fascista<sup>5</sup>, afirmando que ao lado do neo-humanismo (baseado na estruturação orgânica da sociedade), o chamado *neocapitalismo econômico* é identificado enquanto um “capitalismo corporativo” e ligado à modernização econômica, onde

[...] o neocapitalismo surgido como efeito dos aperfeiçoamentos da técnica industrial, que determinaram a produção em massa, foi forçado pelos imperativos das condições econômicas inerentes à sua própria natureza a tomar como característica mais significativa da sua fisionomia um sentido nitidamente corporativo. (1981, p. 124)

A questão dos *trusts* é analisada de modo interligado com as necessidades de regulamentação da economia por parte do Estado, sendo considerados enquanto expressões iniciais do pensamento corporativista contemporâneo, embora já não constituam “a forma final do sentido corporativista imposto ao grande capitalismo de produção e distribuição da riqueza” (1981, p.125). As razões disso baseiam-se no fato de que, com o desenvolvimento de leis *anti-trusts* principalmente após a crise do sistema capitalista em 1929 devido às especulações monetárias, a estrutura do liberalismo econômico (baseadas nos pressupostos utópicos do *laissez-faire*).

A necessidade de regulamentação da economia por parte do Estado foi uma das principais propostas a que Amaral buscou fundamentar e legitimar com subsídios teóricos consistentes visto ser a base de seu projeto de industrialização. O mesmo formaliza o conceito de planificação econômica enquanto

[...] a mais ampla expressão das tendências do dirigismo econômico. Em outras palavras exprimindo melhor o pensamento, poderemos dizer que na planificação se sintetizam todos os objetivos para os quais convergem as tendências e os esforços dos que pleiteiam a passagem de uma economia empírica para um regime de sistematização racionalizada na produção da riqueza e na sua distribuição. (1981, p. 139)

---

<sup>5</sup>A chamada “*Camera dei Fasci e delle Corporazioni*” foi um órgão legislativo do governo italiano que substituiu a Câmara dos Deputados entre 1939 a 1943.

Entre os grandes modelos de economia planificada existentes no contexto dos anos 30, destacam-se a União Soviética (governo de Stalin) e os Estados Unidos (durante o governo de Roosevelt). Nos EUA, as necessidades de regulamentação da economia intensificaram-se com o advento da Grande Depressão, que resultou não apenas na quebra das principais bolsas de valores mas também no desemprego massivo de uma alta parcela da sociedade norte-americana.

O *New Deal* destacava-se no período como a principal experiência planificadora dentro das configurações do regime capitalista. Entretanto, Amaral destaca que “qualquer planificação exige forçosamente um órgão central coordenador suficientemente poderoso e capaz de assegurar o êxito do plano elaborado.” (1981, p.141). Essa força dirigente da planificação só poderia ser o Estado, motivo pelo qual a modernização do Estado sob uma matriz autoritária seria o ideal para a organização e planejamento da economia. Mas também “se colocava como um forte crítico da intervenção direta do Estado na economia, de forma a suplantar a iniciativa privada no setor de produção” (MARTINS, 2014, p. 120).

Nesse ponto, o conceito de *economia equilibrada* torna-se fundamental, visto que configura “uma forma de dirigismo econômico compatível com a manutenção de uma considerável liberdade assegurada às iniciativas privadas” (AMARAL, 1981, p. 122). Uma excessiva intervenção econômica por parte do Estado prejudicaria as iniciativas privadas – característica esta que seria de governos totalitários. Azevedo Amaral acreditava que o Estado Novo seria um Estado democrático organizado em moldes autoritários e que poderia se tornar um modelo ideal de uma economia equilibrada e eficiente (de forma semelhante ao *New Deal* de Roosevelt).

Entretanto, é importante destacar que as principais críticas dirigidas ao Estado Novo por Azevedo Amaral em sua obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* residiam principalmente nas restrições que o Estado Novo estava impondo por meio da Constituição de 1937 (desenvolvida pela jurista Francisco Campos) em dois aspectos específicos: a questão dos investimentos com capitais estrangeiros; e as medidas restritivas imigratórias.

As restrições ao capital e investimentos estrangeiros – existentes devido às políticas de nacionalismo econômico – iriam praticamente barrar a exploração das reservas minerais e de energia hidroelétrica (fundamentais para a modernização das estruturas econômicas do país), visto que o Brasil não dispunha de capitais suficientes para realizar os respectivos empreendimentos. As soluções disponíveis para tal questão seriam uma ação fiscalizadora efetiva do Estado sob as concessões realizadas a empresas estrangeiras, enquanto que a outra seria a criação de empresas nacionais para explorar as respectivas riquezas naturais. Entretanto, seria preferível “sempre evitar empréstimos públicos no exterior, deixando que os capitais venham a inverter-se no país sob a forma de aplicações no empreendimento privado” (AMARAL, 1981, p.135), visto que os rendimentos a ser arrecadados pelo governo sempre serão superiores quando exercidos por companhias privadas.

Quanto às restrições imigratórias, as principais críticas ao estabelecimento de cotas remontam suas concepções discutidas desde o Congresso de Eugenia de 1929, considerando que o futuro da nacionalidade brasileira dependeria das correntes imigratórias de origem europeia, associando estes enquanto mais civilizados e também trabalhadores (e que conseqüentemente trariam técnicas produtivas novas que incentivariam a modernização econômica da nação).

### **Considerações finais**

Em virtude do que foi exposto, é possível afirmar que embora Azevedo Amaral não tenha formalizado objetivamente suas concepções acerca da ideia de modernidade, o emprego de conceitos relacionados a esta idéia em seus textos permite uma aproximação maior de seus atributos configuradores (como as noções de desenvolvimento técnico e científico das forças produtivas nacionais), assim como suas relações com o modelo de Estado autoritário.

Os paradigmas intelectuais (com o *autoritarismo*) devem ser compreendidos nos determinados contextos a que estão relacionados, motivo pelo qual a análise de conceitos e termos empregados no respectivo período permitem uma aproximação maior tanto das estruturas políticas e sociais a que estavam relacionados, quanto às

discussões constituídas pelos pensadores integrantes dos campos intelectuais a que estão inseridos.

Neste ponto, é possível considerar Azevedo Amaral não apenas na concepção de intelectual enquanto um produtor de bens simbólicos, mas também na perspectiva proposta por Karl Manheinn, onde a principal função do intelectual é a de estimular o diálogo na construção de uma ciência política, para que a própria política não se resuma a um intuicionismo que conduza a um autoritarismo unilateral (como no caso dos governos totalitários). O desenvolvimento desta síntese é realizada por Azevedo Amaral na medida em que o mesmo procura dialogar em suas obras com diversas as matrizes de pensamento – desde os fascistas (como no caso dos integralistas) quanto com os liberais e também com os marxistas – buscando novas interpretações e significações para teorias oriundas de outras correntes ideológicas.

Por fim, destacamos a importância de se estudar os autores identificados com o autoritarismo brasileiro no início do século XX, pois diversas propostas estabelecidas por estes serviram como base posteriormente para a fundamentação e legitimação de projetos tanto de modernização econômica (como Azevedo Amaral, considerado por alguns autores enquanto o “padrasto” do modelo desenvolvimentista de industrialização adotado nos anos 1950), como também para conhecer as origens desta tradição que influenciou ideólogos dos regimes de força vivenciados no Brasil contemporâneo (como Francisco Campos em relação ao Estado Novo, e Golbery de Couto e Silva com a ditadura civil-militar iniciada em 1964).

### Referências

ABREU, Luciano. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

ALBERNAZ, Cássio. Um Minotauro Republicano: Considerações sobre os Conselhos Técnicos no Pensamento Autoritário. In: **De Vargas aos Militares: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília: UNB, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARTINS, Luís Carlos. Azevedo Amaral e o Debate sobre o Desenvolvimento: Entre Nacionalismo, Industrialismo e Desenvolvimentismo. In: **De Vargas aos Militares**: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia Autoritária no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadores e Semeadores**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os Caminhos da Modernidade em Azevedo Amaral. In: **Sociedade e Cultura**. Goiânia: UFGO, v. 8, n. 1, jan-jun 2005.